



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG

### PROJETO DE LEI Nº 61 /2025



**Institui diretrizes para o fomento do Terceiro Setor no âmbito do Município de Montes Claros e dá outras providências.**

A Câmara Municipal de Montes Claros/MG, por meio de seus representantes, aprova e o Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte Lei:

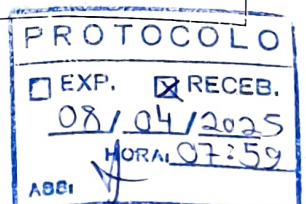
**Art. 1º.** Ficam instituídas, no Município de Montes Claros, as diretrizes para o fomento do Terceiro Setor, com o objetivo de promover:

- I - o fortalecimento do terceiro setor no Município de Montes Claros/MG;
- II - a integração das bases de dados sobre o terceiro setor;
- III - a articulação entre órgãos e entidades da Administração Pública e o setor privado para incentivar a captação de recursos para projetos do terceiro setor;
- IV - a valorização e o incentivo das atividades promovidas pelo terceiro setor para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável;
- V - a disseminação da cultura do voluntariado, incentivando o engajamento social e a participação cidadã em ações de interesse público e relevância social;
- VI - a integração e a convergência de interesses entre voluntários e iniciativas que demandem ações de voluntariado;
- VII - a capacitação de entidades para atividades de inovação social e captação de recursos;
- VIII - a divulgação de editais e outras oportunidades, atuando como fonte unificada de informação do terceiro setor.

**Art. 2º.** Para efeitos desta Lei, considera-se Terceiro Setor as Organizações da Sociedade Civil descritas no inciso I do art. 2º da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

**Art. 3º.** São finalidades do fomento ao Terceiro Setor:

- I – realização e elaboração de projetos voltados ao fortalecimento e fomento do terceiro setor;
- II – desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao terceiro setor;
- III – criação de cadastro do terceiro setor no Município de Montes Claros;
- IV – realização de parcerias e acordos de cooperação técnica com órgãos e entidades da Administração Pública, instituições de ensino, empresas privadas, fundações privadas, organizações religiosas, associações e cooperativas, entre elas as de catadores de materiais recicláveis, as



organizações da sociedade civil sem fins lucrativos;

V – realização de campanhas e ações voltadas ao fortalecimento e fomento do terceiro setor.

VI – destinação de Emendas Parlamentares Impositivas as Entidades do Terceiro Setor do Município.

**Art. 4º.** Para a implementação e cumprimento da finalidade desta Lei, poderão ser realizadas ações e projetos respeitando as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

**Art. 5º.** Serão criadas Plataformas Digitais para viabilizar a seleção e o financiamento de projetos desenvolvidos pelas entidades do Terceiro Setor.

**Parágrafo Único:** As ações e os projetos deverão ser cadastrados em condições de igualdade, respeitando as exigências da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, com a manutenção de informações atualizadas por meio de Plataformas Digitais para viabilizar a seleção e o financiamento de projetos por pessoas naturais e jurídicas.

**Art. 6º.** Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

**Art. 7º.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Montes Claros, 08 de abril de 2025



EDUARDO PRETO

*Eduardo Preto*  
Vereador

Vereador